

## Defensoria Pública de Minas Gerais realiza sessões virtuais de conciliação durante a pandemia

Mesmo em tempos de restrição e isolamento social, em consequência da pandemia do novo coronavírus, a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) segue cumprindo a sua missão institucional na busca pela pacificação social. Além da prestação de assistência jurídica integral e gratuita de natureza judicial, a Instituição vem investindo e ampliando sua atuação em métodos auto-compositivos de solução de conflitos, como a conciliação e a mediação, caminhos que tendem a produzir ganhos expressivos para sociedade em busca da paz social.

Com a impossibilidade de se efetuar conciliações presenciais, a Defensoria Pública mineira trabalha para se adaptar à nova realidade. Para isso, o Conselho Superior da Instituição emitiu a Deliberação nº 138/2020,

instrução normativa que regulamenta o procedimento de realização de sessões virtuais para solução extrajudicial de conflitos. Foram, então, disponibilizados celulares institucionais para os defensores públicos. A iniciativa faz parte do Projeto “Fala Defensoria”, que consiste na utilização da plataforma eletrônica de comunicação instantânea (WhatsApp Business) com o objetivo de modernizar e dar celeridade à comunicação com os assistidos, bem como reduzir gastos com os serviços de correios.

Algumas unidades da Instituição no interior já fazem conciliações por meio virtual, como é o caso de Matias Barbosa e Betim. Os assistidos que participaram das sessões têm aprovado a nova forma.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## Entrega de doações do projeto “Caminho para o Recomeço”

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em Conselheiro Lafaiete iniciou, no dia 25/6, a entrega dos donativos arrecadados por meio do projeto “Caminho para o Recomeço”.

A iniciativa, que tem também a participação da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC) da DPMG, vai auxiliar a subsistência de famílias de pessoas encarceradas ou egressas do sistema carcerário, em situação de vulnerabilidade financeira no município.

PÁGINA 3



A entrega foi feita pela DPMG, representada pela defensora pública que está à frente do projeto, Isabela Salomão Silva (coordenadora da Regional Metalúrgica e local), e pelo Movimento Familiar Cristão

### AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Agenda PÁGINA 2
- > Ações em destaque PÁGINA 3
- > Na mídia PÁGINA 4
- > Procedimentos internos PÁGINA 5

## Funcionamento da DPMG até 17/7/2020 – Resolução Conjunta nº 007/2020

[Acesse aqui as resoluções e os telefones para o atendimento remoto](#)

## AGENDA

### Defensor público-geral recebe parceiros do projeto “Dois contra o mundo”

No dia 22 de junho, o defensor público-geral, Gério Patrocínio Soares, recebeu, a visita de parceiros do projeto “Dois contra o Mundo”, uma iniciativa de seis comunidades de Belo Horizonte com a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e estudantes de Direito e de Assistência Social.

Durante o encontro, que contou com a participação de representantes do Alto Vera Cruz, os parceiros

pediram o apoio da Defensoria Pública para obter autorização para uso do espaço conhecido como antigo PPO (posto Policial), localizado no bairro Alto Vera Cruz. O objetivo é utilizar o local, que está inativo há anos, para instalar uma unidade de pré-atendimento da DPMG no local, integrando o projeto “Dois contra o mundo”.

[Matéria na íntegra](#)

### Posse de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

O defensor público-geral de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares, representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) na solenidade de posse do novo desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o advogado Henrique Abi-Ackel Torres, em vaga do quinto constitucional.

A cerimônia, que aconteceu no dia 24 de junho, no auditório do Tribunal Pleno, foi conduzida pelo chefe do

Judiciário estadual mineiro, desembargador Nelson Misias de Moraes. Diversas autoridades e familiares do empossando prestigiaram a cerimônia.

O evento respeitou as regras de distanciamento social, uso de máscaras e de álcool 70%, exigidas pelas autoridades de saúde para o combate à pandemia do novo coronavírus.

*Com informações do TJMG*



Defensor público-geral do estado, Gério Patrocínio Soares, ao lado do novo desembargador Henrique Abi-Ackel Torres, que atuará na 8ª Câmara Criminal



### DPMG participa de apresentação de estudo sobre violência no sistema prisional

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) foi representada pelo coordenador regional da área Criminal da Capital, defensor público Fernando Luís Camargos Araújo, na reunião em que resultados do primeiro estudo

Foto: Robert Leal/TJMG



de vitimização da violência contra os presos realizado no Brasil foram apresentados ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

O encontro aconteceu na sede do TJMG, no dia 25/6, véspera do Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura, data instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A radiografia buscou retratar a dinâmica, a frequência e os elementos que compõem os fenômenos da violação de direitos humanos e de atos de tortura no sistema prisional de Minas Gerais. O levantamento aborda questões envolvendo alimentação, infraestrutura, atendimento de saúde, ações de ressocialização, entre outras.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## AÇÕES EM DESTAQUE

### CONTINUAÇÃO DA CAPA: ENTREGA DOAÇÕES DO PROJETO “CAMINHO PARA O RECOMEÇO”

São parceiros do projeto “Caminho para o Recomeço”, o presídio local de Conselheiro Lafaiete, a Apac e o projeto social “Rede Família”, realizado pelo Ministério Público em conjunto com diversas entidades beneficentes do município. Também apoiaram o projeto: Servas, Movimento Familiar Cristão, Super Cesta Básica de



*Alimentos arrecadados em Conselheiro Lafaiete por meio do projeto “Caminho para o Recomeço” vão auxiliar a subsistência de famílias de pessoas encarceradas ou egressas do sistema carcerário, em situação de vulnerabilidade financeira no município*

Alimentos e Mesa Brasil Sesc. Eles doaram cestas básicas, itens de higiene e limpeza, produtos de hortifrúti, leite, biscoitos, panetones, balas e roupas.

Foram beneficiadas 40 famílias de pessoas em cumprimento de pena que se encontram em situação de vulnerabilidade financeira, selecionadas previamente pelo presídio local de Conselheiro Lafaiete e pela Apac.

Embora a campanha de arrecadação tenha terminado no dia 10 de junho, o Mesa Brasil Sesc, rede nacional de bancos de alimentos que atua contra a fome e o desperdício, vai estender a doação de itens de hortifrúti para distribuição entre as famílias selecionadas.

A defensora pública Isabela Salomão destaca que além do auxílio na subsistência, o projeto contribui para a emancipação da vida do crime, afastando a necessidade como determinismo para o caminho tido por transgressor. Também, “para o cumprimento de pena com dignidade, na medida em que o apenado tem conhecimento de que sua família não está em desamparo material”, observa. Para a defensora pública, a campanha foi um sucesso permitir “conhecer de perto a realidade dos nossos assistidos. Além disso, possibilitou a aliança com diversas instituições beneficentes da comarca, propiciando buscar novas parcerias para atender a população hipossuficiente”, finalizou.

## Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais obtém conquista no CNJ para garantir direitos a presos em flagrante durante a pandemia

Atendendo a um pedido do formulado pelo Conselho Nacional de Corregedores-Gerais das Defensorias Públicas Estaduais, do Distrito Federal e da União (CNCG), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou recomendação para que pessoas detidas em flagrante passem a ter direito a uma conversa reservada com a defensora ou o defensor público (mesmo que virtual) antes da audiência de custódia – a partir da qual o Judiciário resolve se homologa a prisão em flagrante. O corregedor-geral da Defensoria Pública de Minas Gerais, Galeno Gomes Siqueira, é um dos integrantes do Conselho.

A recomendação editada também passa a apontar para a obrigação do exame de corpo e delito, mesmo durante a pandemia.

Em nota oficial, o CNCG afirmou reforçar o “compromisso com os membros e com os vulneráveis, na medida

em que a suspensão excepcionalíssima das audiências de custódia para resguardar a integridade das pessoas, protegendo-as dos riscos epidemiológicos de contágio pelo novo coronavírus, somente se justifica se forem adotadas medidas adequadas e necessárias à garantia dos direitos das pessoas presas, enfatizando-se o adequado controle da prisão e da prática de quaisquer práticas de maus tratos e tortura”.

Trata-se da Recomendação nº 68/2020, que acresceu o artigo 8-A à Recomendação CNJ nº 62/2020, para garantir o contraditório escrito antes da decisão que analisa a prisão em flagrante, na hipótese de o Tribunal optar pela suspensão excepcional e temporária das audiências de custódia durante o período de restrições sanitárias decorrentes da Covid19.

[Leia a matéria na íntegra](#)

## Defensoria Pública da União é o órgão que atende os cidadãos sobre o Auxílio Emergencial pago pelo Governo Federal



Orientações sobre o benefício disponíveis em cartilha elaborada pela Defensoria Pública da União – DPU

[Veja aqui](#)



## NA MÍDIA

### Defensor público fala sobre obrigatoriedade de escolas aceitarem matrícula de alunos com deficiência

Em sua participação no programa “Canal Mundo Autista”, o defensor público Luís Renato Braga Areas Pinheiro, em atuação na Defensoria Pública em Betim, falou sobre o direito à educação dos alunos com deficiência.

O defensor público explicou que a negativa de matrícula é tipificada como crime. Segundo ele, a família que procurar uma vaga para um filho com deficiência na escola e tiver a negativa deve procurar imediatamente os órgãos públicos ou privados, como a Defensoria Pública, o Ministério Público ou um advogado de confiança, que podem entrar com uma ação judicial.

“Não é a pessoa com deficiência que tem de se adaptar à escola, mas sim a escola que tem que estar pronta para ela. A educação é um direito de todas as pessoas e a pessoa com deficiência tem que ter o direito igual”, ressaltou Luís Renato Braga Areas.

[Veja na íntegra esta edição do programa](#)

“Canal Mundo Autista” – Em vídeos curtos com duração máxima de cinco minutos, o programa, apresentado pelo jornalista Victor Mendonça, discute temas de interesse do universo autista, com transmissão pelo Youtube. O defensor público Luís Renato Braga tem participação quinzenal.

## PROCEDIMENTOS INTERNOS

### DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

#### **DPMG retoma o agendamento de exames de DNA**

A Defensoria Pública de Minas Gerais retomou o agendamento dos exames de DNA, suspensos desde o início da pandemia da Covid-19. O serviço é oferecido por meio do laboratório contratado pela DPMG para atender as demandas relacionadas à paternidade e maternidade (investigação ou negatória), preferencialmente pela via extrajudicial.

Para solicitar o serviço, as unidades da Capital e do interior devem encaminhar o pedido para a Coordenação de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC) por meio do email: dna@defensoria.mg.def.br.

[Leia aqui o Memorando Circular nº 002/2019-CooProC para outras informações quanto à realização do pedido de exame](#)

#### **Aberta consulta para cooperação voluntária e temporária na Defensoria Especializada em 2ª Instância e Tribunais Superiores – Cível**

[Resolução nº 185/2020](#)

#### **Aberta consulta para cooperação voluntária e temporária nas Defensorias Cíveis do Barreiro, em Belo Horizonte**

[Resolução nº 180/2020](#)

#### **Orientações importantes para uso do celular institucional**

O celular institucional, utilizado para realizar o atendimento do assistido, pelo WhatsApp – por meio do Projeto "Fala Defensoria" – é configurado com uma conta de e-mail única institucional para todos os defensores públicos.

Não é autorizada a alteração da senha e/ou instalação

de quaisquer aplicativos, uma vez que essas ações refletem em todos os aparelhos institucionais.

Caso a regra não seja observada e seja feita a alteração da senha do celular, os demais defensores, de todo o Estado, terão o seu acesso à plataforma bloqueado, com grande prejuízo a todos. Por outro lado, caso sejam instalados outros aplicativos no celular, que não sejam os utilizados para comunicação entre assistidos e Defensoria, estes serão visualizados em todos os aparelhos celulares configurados na conta do Projeto "Fala Defensoria" após atualização dos celulares.

Da mesma forma, eventuais contatos não poderão ser salvos na conta única institucional, pois também serão visualizados por todos os usuários, mesmo que tenham acabado de receber o telefone. Sugerimos que os contatos sejam salvos no próprio aparelho ou no chip.

Assim, atendendo à Deliberação nº 139 do Conselho Superior e à Instrução Normativa nº 05 de 2020/CGDPMG (*veja logo abaixo*), todos os procedimentos que visem a alteração de senha e/ou instalação de aplicativos devem ser submetidos à aprovação da Superintendência de Tecnologia da Informação, de forma a garantir a segurança dos usuários e dos órgãos de execução, bem como definir a padronização da comunicação da Instituição.

Por fim, para realização de chamadas interurbanas, solicitamos que seja utilizado o DDD 21, Claro/Embratel, contrato ativo da Defensoria Pública de Minas Gerais.

### CORREGEDORIA-GERAL

#### **Instrução da Corregedoria-Geral sobre comunicação institucional oficial e uso de aparelhos telefônicos funcionais**

[Instrução nº 05/2020 CGDPMG](#)